

HABEAS CORPUS Nº 538.637 - RS (2019/0303879-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CÍNTIA LUZZATTO - RS054216
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RUDINEI LISSARACA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. PRÁTICA DE FALTAS GRAVES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RUDINEI LISSARACA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo de Execução Penal n.º 70078508637 (N.º CNJ: 0216075-96.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que o Paciente cumpre pena de 6 (seis) anos e 9 (nove) meses de reclusão, pela prática dos crimes de roubo majorado e de violência doméstica (fl. 109).

Em 21/06/2018, o Magistrado das Execuções Criminais deferiu o pedido de livramento condicional formulado pela Defesa (fls. 64-65).

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de agravo em execução, que foi provido, por maioria, pelo Tribunal local a fim de desconstituir a decisão que deferiu o instituto ao Apenado (fls. 107-112).

Foram opostos embargos infringentes. O Tribunal de origem entendeu por desacolher os referidos embargos (fls. 149-166).

Nas razões do *writ*, a Defensoria Pública alega, em síntese, que a negativa do livramento condicional "*não possui base legal, visto que não é possível que a evasão sirva de negativa ad perpetuam, de forma ampliativa que venha (como é o caso dos autos) a*

prejudicar o paciente" (fl. 6).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até o julgamento final deste *habeas corpus* e, no mérito, a sua cassação.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 173-175).

As informações foram prestadas (fls. 181-228 e 234-296).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 298-300, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao revogar a decisão que deferiu o instituto do livramento condicional ao Paciente, destacou que não estaria preenchido o requisito subjetivo, com a seguinte fundamentação (fls. 109-110):

"Em 04/10/2016 o apenado progrediu para o regime aberto, ocasião em que foi incluído no sistema de monitoramento eletrônico.

Em 12/01/2017 o apenado fugiu, tendo sido recapturado em 16/01/2017, ocasião em que revogado o monitoramento eletrônico.

Em 23/05/2017 o apenado regrediu para o regime semiaberto.

Em 01/06/2017 o apenado fugiu, tendo sido recapturado em 31/07/2017, e regredido para o regime fechado 18/12/2017.

Em 17/05/2018 o apenado progrediu para o regime semiaberto.

Em 21/06/2018 o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Novo Hamburgo deferiu o pedido de livramento condicional (fls. 238-verso).

Em 07/06/2017 o juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Novo Hamburgo retificou a decisão, alterando a data-base para o dia 18/07/2017, dia em que o apenado implementou o requisito subjetivo (fl. 16).

[...]

*Malgrado o reeducando tenha atingido o requisito objetivo para a concessão do livramento condicional e o atestado de conduta carcerária acostado aos autos à fl. 10 tenha apresentado a conduta do apenado como plenamente satisfatória, **depreende-se da guia de execução penal atualizada, que Rudinei possui histórico de fuga e de descumprimento das regras que lhe são impostas. Veja-se que Rudinei fugiu duas vezes, sendo uma delas enquanto estava no programa de monitoramento eletrônico, e em seguida, quando já reconhecida a falta grave e tendo sido revogado o monitoramento eletrônico, do estabelecimento prisional - sendo ambas as fugas ocorridas no ano de 2017, permanecendo mais de 60 dias afastado do cárcere, demonstrando-se temerária a colocação do apenado em liberdade neste***

momento.

Portanto, nada obstante tenha o apenado Rudimar cumprido o requisito objetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal, é certo que não satisfaz o requisito subjetivo."

Como se percebe, no caso, não se constata a presença do requisito subjetivo para a concessão do livramento condicional, em razão da prática de faltas graves, pois *"Rudinei fugiu duas vezes, sendo uma delas enquanto estava no programa de monitoramento eletrônico, e em seguida, quando já reconhecida a falta grave e tendo sido revogado o monitoramento eletrônico, do estabelecimento prisional - sendo ambas as fugas ocorridas no ano de 2017, permanecendo mais de 60 dias afastado do cárcere"*.

Desse modo, o acórdão impugnado está em consonância com o entendimento desta Corte de Justiça, no sentido de que *"a falta disciplinar de natureza grave, apesar de não interromper o prazo para a obtenção do livramento condicional, pode ser utilizada para justificar o não preenchimento do requisito subjetivo"* e *"para a concessão do livramento condicional, deve ser analisado o comportamento global do reeducando durante todo período de execução da reprimenda, de acordo com o art. 83, III, do Código Penal"* (AgRg no AREsp 661.937/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 15/12/2016).

No mesmo sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. QUATRO FALTAS GRAVES. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA VIA DO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A MODIFICAR A DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o cometimento de falta grave no curso da execução, conquanto não interrompa o lapso temporal para o livramento condicional (Súmula 441/STJ), pode impedir a concessão do benefício, por ausência do requisito subjetivo, nos termos do art. 83, III, do CP.

II - Na hipótese vertente, as instâncias ordinárias indeferiram o pedido de livramento condicional com fundamento na ausência de requisito subjetivo, porquanto o paciente praticou quatro faltas graves, das quais duas foram de fuga e as outras duas, cometimento de novos

Superior Tribunal de Justiça

crimes.

III - Também é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de que é inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional ou outro benefício, uma vez que tal providência implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita. Precedentes.

IV - No presente agravo regimental não foram impugnados os fundamentos da decisão agravada, nem tampouco foram apresentados argumentos aptos a modificá-la.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 475.608/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora